**NOTA TÉCNICA**

**PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO**

**DA ELETROBRAS**

**DO ÁLIBI**

* De forma irresponsável e leviana, o governo Temer anuncia a privatização do Setor Elétrico Nacional sem levar em consideração impedimentos constitucionais referentes ao controle da Eletronuclear e aos acordos binacionais.
* Surpreende ainda que tais medidas venham a ser tomadas sem nenhuma consulta à sociedade em tema de relevante interesse ao país.
* **Incompetência ou farsa?** Fica difícil saber. O aumento do déficit fiscal funciona, na verdade, como um excelente álibi para justificar a privatização de empresas e o desmonte do estado. A lógica do " precisamos vender e demitir senão o rombo aumenta" tem sustentado esses crimes contra o patrimônio público. As empresas públicas são vendidas à iniciativa privada sob o discurso da eficiência e da geração de receitas extras para reduzir o estoque da dívida púbica. No entanto, quando são analisados os resultados do processo de privatização do setor elétrico brasileiro da década de 1990, é possível verificar a precarização dos serviços e das condições de trabalho e o aumento das tarifas acima dos índices de inflação.
* A privatização ocorreu mais fortemente no segmento de distribuição, que alcançou grande parte das empresas estaduais de distribuição. Segundo o discurso neoliberal preconizado na segunda metade da década de 1990, o processo decorrente da entrada do capital privado no setor elétrico induziria ao aumento dos investimentos, garantindo o fornecimento de energia elétrica por meio da ampliação da oferta. A lógica privada estimularia a eficiência e a produtividade, resultando em ganhos para os consumidores, com a melhora no serviços e menores tarifas.
* O que se observa, no entanto, é a introdução de uma lógica mercantil, cujos resultados foram o aumento significativo das tarifas e a piora dos serviços prestados e das condições de trabalho. As mudanças estruturais não foram capazes de suprir o país da oferta de energia elétrica necessária, conforme verificado em 2001, quando o Brasil enfrentou o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz (BNDES, 2008). Mesmo assim, o setor tem sido um dos recordistas em distribuição de dividendos - em 2014 foram distribuídos R$ 13,7 bilhões (segundo a Consultoria Economática).

**DA ELETROBRÁS**

* A Eletrobrás é a principal empresa de geração e transmissão de energia do pais: possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão e 5,1% do fornecimento ao mercado consumidor no país.
* A empresa é controladora de 13 subsidiárias de geração, transmissão e distribuição de energia, e metade do capital de Itaipu Binacional - além de participação indireta em 178 Sociedades de Propósito Específico (SPE) e participações minoritárias em 25 sociedades.
* A Eletrobrás é a garantidora de segurança energética do pais. Diferentemente do “apagão” de 2001 no governo FHC, em 2013 e 2014 o sistema elétrico brasileiro sustentou a demanda por energia sem racionamento durante a maior crise hídrica em 50 anos, o que mostra o acerto do modelo implantado por Lula e Dilma nos anos anteriores, que deu segurança ao suprimento com redução de tarifas.
* A empresa se transformou em um dos maiores agentes do setor elétrico brasileiro durante os governos de Lula e Dilma. Participou dos consórcios responsáveis por hidrelétricas como Belo Monte, o maior projeto do país na área de geração de energia elétrica, Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, além da construção de milhares de quilômetros de linhas de transmissão.

**DA PRIVATIZAÇÃO**

* O MME colocou em consulta pública a Nota Técnica 05/2017-MME, que tratava privatização de algumas usinas hidrelétricas, descontratação e venda de energia. É uma mudança geral do marco regulatório do setor elétrico, criado nos governos Lula e Dilma, que proporcionou segurança energética e expansão do parque gerador e da transmissão.
* A Nota Técnica se caracteriza por ser a mais agressiva tentativa, de transferir os recursos energéticos para o mercado livre de energia com favorecimento claro para comercializadores, com a consequente elevação do preço da energia no país, ou seja, à custa do cidadão consumidor de energia. Tem como uma das principais modificações a descotização, ou a descontratação da energia das usinas amortizadas, já alocadas às distribuidoras, colocando essas cotas à venda no mercado livre pelo maior preço, transferindo o lucro para os agentes e o Tesouro Nacional, com consequente aumento da tarifa dos consumidores cativos das distribuidoras que terão de substituir a energia das cotas por outras mais caras.
* De forma ardilosa, o governo acelera a privatização expressa nos pressupostos da Nota Técnica e anuncia a desestatização do grupo Eletrobrás por meio da venda do controle acionário da União, que hoje é de 59,71%. Aparentemente, a nova modalidade de alienação dos ativos é mais rápida e independe de autorização legislativa, conforme o art. 4º da Lei nº 9.491/1997:

 “Art. 4º As desestatizações serão executadas mediante as seguintes modalidades operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações;

...

§ 3° Nas desestatizações executadas mediante as modalidades operacionais previstas nos incisos I, IV, V, VI e VII deste artigo, a licitação poderá ser realizada na modalidade de leilão.

* **~~Provavelmente, na próxima reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em 23/08, o Ministério de Minas e Energia irá aprovar a proposta de redução da participação da União no capital da empresa.~~**
* Em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do dia 23/08, foi aprovada a inclusão da venda de ativos da Eletrobrás e a abertura de capital, com objetivo de reduzir a participação majoritária da União na empresa.
* Em comunicado de 21/08, o MME cita como justificativa para a privatização a dívida da empresa. Em 2013, a Eletrobrás foi principal responsável pela queda das tarifas verificada, porém sofreu significativa queda nas suas receitas e de suas geradoras (CHESF e Furnas). Isso porque, de forma simples e justa, a Lei nº 12.783/2013 (inicialmente MP nº 579/2012) transferiu para a tarifa os ganhos na renovação das concessões, com base no custo médio de geração das usinas amortizadas e mais um ganho para as empresas.
* Porém, o modelo foi violentamente boicotado pelo PSDB, que possuía o controle de três empresas geradoras de energia no Sudeste: CESP, CEMIG e COPEL. Essas geradoras não aderiram ao modelo de antecipação das concessões com redução de tarifas, em benefício de operadores do mercado e acionistas privados.
* O anúncio do novo governo federal do retorno da política de privatizações no setor, com a venda de empresas do grupo Eletrobrás deverá, segundo estimativas do MME, render cerca de R$ 20 bilhões. Cabe destacar que a receita líquida anual do grupo em 2016 foi de R$ 60 bilhões anuais, um crescimento de 86,4% em relação a 2015. As ações se valorizaram 240%, sendo a segunda maior alta do ano na Bolsa de Valores brasileira.
* Uma vez mais, nossos recursos naturais estão sendo cobiçados pelo capital internacional. Os recursos hídricos abundantes do país e a energia produzida por fontes renováveis são fatores estratégicos para a economia e o desenvolvimento de qualquer país, porém no Brasil correm o risco de se transformar em meros ativos vendidos a preços irrisórios para os grupos econômicos internacionais.
* A política de privatização coloca em cheque o protagonismo nacional no planejamento e na operação da matriz elétrica brasileira. Nesse caso, há ainda forte indicativo de que os grupos estatais chineses China Three Gorges e State Grid serão os principais agentes a operar o setor. Chama a atenção o fato de que a privatização, de certo modo, apresenta-se como um processo de estatização, uma vez que empresas públicas brasileiras poderão ser vendidas para empresas estatais estrangeiras.
* Esse processo de desnacionalização do setor elétrico já está em curso. Quando for finalizado o processo de compra dos ativos da Duke Energy, o grupo estatal chinês “State Grid” assumirá a segunda posição na geração. Por meio da aquisição da CPFL, que atualmente é uma das maiores empresas do segmento de distribuição no país, passará a ter participações nos segmentos de geração e também distribuição, estabelecendo, desta maneira, uma estrutura verticalizada e tornando-se assim um dos maiores grupos do setor elétrico brasileiro. A também chinesa “Three Gorgeous” adquiriu as usinas da CESP que não renovaram as concessões. Assim o país caminha para “privatizar” suas estatais de energia para ESTATAIS CHINESAS.
* O país segue na contramão do restante do mundo. Além de os serviços de distribuição de energia elétrica serem majoritariamente estatal e com capital de origem nacional, nos países europeus, a questão é tratada como de segurança nacional, razão pela qual diferentes países têm barrado investimentos internacionais no setor. Por exemplo, na França, a empresa EDF é verticalizada (mesma empresa cuida da geração, transmissão e distribuição) e o Estado detém 84% das ações. Na Itália, nenhum investidor individual pode deter mais de 3% do capital total da empresa de energia.
* Recentemente, a Austrália, os Estados Unidos e a Alemanha barraram investimentos chineses da ordem de US$ 38,9 bilhões no setor de energia e em outros, alegando questões de segurança nacional (VALOR ECONÔMICO, 25/10/2016). A Austrália bloqueou ofertas da estatal chinesa “State Grid” para comprar uma participação na maior concessionária de energia elétrica do país, a estatal “Ausgrid” (VALOR ECONÔMICO, 12/08/2026).

